

Despacho n.º 3342/2008

Felismena Sequeira das Dores Fernandes Pinto, presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical Professora Diamantina Negrão, faz saber que no uso das competências que lhe foram delegadas no n.º 1.3 do n.º 1 do despacho n.º 23 106/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 218 de 13 de Novembro de 2006, homologou os contratos relativos ao ano escolar 2006-2007, dos seguintes docentes, não pertencente aos quadros, para as escolas e grupos indicados:

Nome	Escola	Grupo	Data da homologação
Ana Filipa de Barros Domingues.	634773	100	
Cláudia Sofia Rodrigues Passos Silva.	223049	110	
Solange de Jesus Faustino Lança.	260009	110	
Andreia Susana Marques Correia Reis.	340066	110	
Elisabete de Oliveira Costa Antunes.	340066	110	
Magda Alexandra Vilhena de Matos.	340066	110	
Sara Cristina da Ressurreição dos Santos.	340066	110	
Adelaide Maria Cunha Magalhães e Menezes Ancêde Fonseca.	340066	200	
Cristina Maria Gonçalves Bento.	340066	220	
Fátima de Jesus Corujo Herdeiro.	340066	220	
Maria Helena Vicente Martins	340066	220	
Tânia Cristina Gonçalves Guerreiro.	340066	230	
Célia Alexandra de Pinho Nunes Poupinha.	340066	260	
Sónia Cristina Encarnação Baptista.	340066	290	
Humberto da Silva Mendes	340066	340	
Susana Maria Tavares de Almeida Gonçalves.	340066	340	
Élia Maria Madeira dos Santos Gonçalves.	340066	350	
Luís Miguel Fernandes Raminhos.	340066	550	
Liliana Alexandra Gomes Passos.	340066	550	
Nádia Marisa Ferreira Serra	340066	550	
Maria Aurélia Sardinha de Oliveira de Sena Esteves.	340066	600	
José António Góis Marques	340066	Técnicas especiais.	
Maria do Rosário Afonso Lopes.	340066	Técnicas especiais.	
Marisa Alexandra Rosário Barracho.	340066	Técnicas especiais.	

28 de Novembro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento, *Felismena Sequeira das Dores Fernandes Pinto*.

Escola Secundária de Silves**Despacho n.º 3343/2008**

Por despacho do presidente do conselho executivo, no uso da competência delegada no n.º 1.2 do despacho n.º 23 106/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 218, de 3 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos administrativos de serviço docente, referentes ao ano escolar 2006-2007, dos professores abaixo mencionados:

Grupo	Nome	Início de funções
620	Ana Maria Alves Correia	28-11-2006
T. E.	Ana Paula Neves Piçarra Bravo	25-09-2006
540	Armando Fausto Correia Fernandes	01-09-2006

Grupo	Nome	Início de funções
600	Carla Maria da Silva Nunes Godinho	29-09-2006
550	Cecília Maria Lopes de Carvalho	01-09-2006
430	Cecília Renata Ferreira da Silva	06-11-2006
300	Denise Araújo Estrócio e Silva	05-02-2007
320	Floribela Maria Gonçalves Cavaco Rodrigues	11-12-2006
620	Hugo Miguel Marques dos Santos Ramalho	12-09-2006
300	Inês Nunes Garcez Valente	20-09-2006
500	Ivânia Micaela de Oliveira Barge	11-01-2007
430	João Pedro Botelho Madeira	20-09-2006
430	José Francisco Baeta Monteiro de Oliveira	01-09-2006
410	José Gabriel Ferreira da Cruz	01-09-2006
520	Lídia da Conceição Estróia José	25-01-2007
550	Lígia Maria Teixeira Araújo	16-10-2006
540	Luís Carlos de Abreu	01-09-2006
550	Luís Filipe Barata Morgado Morales	05-02-2007
430	Luís Manuel Machado Roque Simplicio	21-02-2007
400	Marco Paulo Correia Moreira	13-09-2006
400	Marco Paulo dos Ramos Diogo	12-09-2006
300	Maria de Lurdes Oliveira e Cunha Machado	04-12-2006
500	Maysa Stella da Silva Matos	17-10-2006
540	Nuno Jorge Candeias Agostinho	01-09-2006
540	Pedro Alexandre Correia de Sousa Raposo	01-09-2006
540	Pedro Alexandre Rodrigues da Silva	16-10-2006
540	Pedro Duarte Abelho Grego Esteves	01-09-2006
540	Raul Manuel de Carvalho Costa	01-09-2006
500	Rui Manuel Cabrita das Neves	13-09-2006
400	Sandra Mónica da Piedade Vieira	21-09-2006
400	Sérgio Cláudio Lopes Moreira	02-10-2006
400	Silvia Desterro Tavares da Silva Vieira	03-01-2007
430	Susana Cecília Silva Oliveira	13-09-2006
620	Susana da Conceição Vieira	07-12-2006
520	Susana Paula Serra da Encarnação	12-09-2006

4 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *João António Mourinho Vieira Gomes*.

Despacho n.º 3344/2008

Por despacho do presidente do conselho executivo, no uso da competência delegada no n.º 1.1 do despacho n.º 23 106/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 218, de 3 de Novembro de 2006, foi transferida, precedendo concurso, com efeitos a 1 de Setembro de 2006, do quadro da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade — São Vicente (Madeira), código 3110-201, para lugar do quadro de zona pedagógica do Algarve, código 08, Escola Secundária de Silves código 400531, a docente do grupo 510, Ana Margarida Domingues Rodrigues.

5 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *João António Mourinho Vieira Gomes*.

Despacho n.º 3345/2008

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada no n.º 1.1 do Despacho n.º 23106/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 218 de 03/11/2006, foi transferida, precedendo concurso, com efeitos a 01/09/2006, do Quadro de Zona Pedagógica de Setúbal (código 15) para lugar do Quadro de Zona Pedagógica do Algarve (código 08), Escola Secundária de Silves (código 400531), a docente do grupo 510, Anabela Sequeira Tomé Gonçalves.

5 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *João António Mourinho Vieira Gomes*.

Despacho n.º 3346/2008

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada no n.º 1.1 do Despacho n.º 23 106/2006, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 218 de 03/11/2006, foram nomeados para lugar do Quadro de Zona Pedagógica do Algarve, Escola Secundária de Silves (código 400531), nos termos da alínea a) do n.º 1 dos artigos 64.º e 65.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90 de 28/04, com as alterações dadas pelo D. L. 1/98, de 2 de Janeiro, com efeitos a 1 de Setembro de 2006, os professores a seguir indicados:

Grupo	Nome	Para QZP	Código
500	Carla Maria Devesa Ferreira	Algarve. . . .	08
500	Luís Pedro da Silva Parracho	Algarve. . . .	08

Grupo	Nome	Para QZP	Código
500	Nuno Miguel Santos Marques . . .	Algarve. . .	08
620	Pedro Miguel Rasquilho Vieira Babo.	Algarve. . .	08

16 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *João António Mourinho Vieira Gomes*.

Inspeção-Geral da Educação

Aviso n.º 3228/2008

1 — Nos termos do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho de 16 de Janeiro de 2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso à categoria de inspector principal da carreira técnica superior de inspeção da educação, carreira vertical de dotação global, nas categorias de inspector e inspector principal, do quadro da Inspeção-Geral da Educação, a que se refere o mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 271/95, de 23 de Outubro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 18/96, de 20 de Junho e mantido em vigor pelo artigo 13 do Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho, sendo de 2 o número de lugares a prover.

2 — Para os efeitos previstos no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a BEP tendo-se verificado, após o fecho do procedimento de selecção efectuado na data de hoje, não existirem opositores ou candidatos ao referido procedimento.

3 — Prazo de validade — o presente concurso esgota-se com o preenchimento dos lugares indicados.

4 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao pessoal da carreira técnica superior de inspeção desempenhar funções no âmbito do que se encontra definido no artigo n.º 3.º do Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

5 — Local de trabalho — situa-se nos serviços centrais da Inspeção-Geral da Educação ou nas suas delegações regionais.

6 — Vencimento — é o correspondente aos índices aplicáveis à categoria de inspector principal, de acordo com o estabelecido no mapa I anexo à Portaria n.º 791/99, de 09 de Setembro, acrescido do suplemento de risco, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 271/95, de 23 de Outubro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 18/96, de 20 de Junho, mantido em vigor pelo artigo 13 do Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho, e demais regalias sociais atribuídas à função pública.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas:

a) Satisfaçam as condições previstas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho;

b) Sejam detentores da categoria de inspector da carreira técnica superior de inspeção da educação com, pelo menos, três anos de serviço na categoria e classificação não inferior a Bom, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 271/95, de 23 de Outubro, ratificado pela Lei n.º 18/96, de 20 de Junho e mantido em vigor pelo artigo 13 do Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

8 — Métodos de selecção — a selecção será feita mediante avaliação curricular, na qual serão consideradas e ponderadas as habilitações académicas de base, a formação profissional, a experiência profissional e a classificação de serviço na categoria de inspector.

9 — Classificação final — a classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10 — Critérios de apreciação e ponderação — os critérios de apreciação e ponderação do currículo profissional, bem como o sistema de classificação final e a respectiva fórmula classificativa, constarão das actas de reunião do respectivo júri de concurso. Estas actas serão facultadas aos candidatos que as solicitarem.

11 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Inspector-Geral da Educação, Avenida 24 de Julho, 136, 1350-346 — Lisboa, podendo ser entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, número e data do bilhete de identidade, validade do mesmo e serviço de identificação emissor, número fiscal, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações literárias;

c) Indicação da categoria que detém, natureza do vínculo, o tempo de serviço na categoria e a classificação de serviço obtida nos anos relevantes para o concurso;

d) Concurso a que se candidata.

11.1 — O requerimento de admissão a concurso deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Certificado comprovativo das habilitações literárias;

b) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado e datado, donde constem designadamente, as funções que o candidato exerce ou exerceu no âmbito da actividade inspectiva, com indicação dos respectivos períodos, assim como a formação complementar (especializações, estágios, seminários e acções de formação) e quaisquer outros elementos que entendam apresentar, por serem relevantes para a apreciação do seu mérito;

c) Certificado ou declaração autenticada das acções de formação que frequentou, designadamente das relacionadas com a actividade inspectiva, com referência à entidade que as promoveu, ao período em que as mesmas decorreram e à respectiva duração.

11.2 — Os candidatos ficam dispensados da apresentação dos documentos mencionados nas alíneas a) e c) do n.º 11.1, desde que dos seus processos individuais constem documentos susceptíveis de comprovar aqueles dados, devendo tal facto ser expressamente declarado no requerimento de admissão a concurso.

12 — Publicitação das listas — a relação dos candidatos admitidos, a notificação dos excluídos e a lista de classificação final do presente concurso serão publicitadas nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 33.º e dos n.ºs. 1 e 2 do artigo 34.º, bem como dos n.ºs. 1 e 2 do artigo 40.º do citado Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12.1 — Afixação das listas — a afixação das listas será feita nos seguintes locais:

— Serviços Centrais da IGE, Av.ª 24 de Julho, 136, Lisboa;

— Delegação Regional do Norte da Inspeção-Geral da Educação, Rua Gil Vicente, 35, Porto;

— Delegação Regional do Centro da Inspeção Geral da Educação, Av.ª Bissaya Barreto, 267, Coimbra;

— Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Inspeção Geral da Educação, Av. 24 de Julho, 136, 2.ª Lisboa;

— Delegação Regional do Alentejo da Inspeção Geral da Educação, Travessa dos Lagares, 20, Évora;

— Delegação Regional do Algarve da Inspeção Geral da Educação, Rua Miguel Bombarda — Edifício Varandas de Faro, Bloco D-R/C, Faro.

13 — Legislação aplicável:

a) Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho, e artigos 21, 22 e 26 a 28 do Decreto-Lei n.º 271/95, de 23 de Outubro, ratificado pela Lei n.º 18/96, de 20 de Junho, mantido em vigor por aquele Decreto Regulamentar;

b) Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

c) Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;

d) Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

e) Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio.

14 — Composição do Júri — o júri do presente concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Maria Paula Ferreira Simões de Carvalho dos Santos Madeira, inspectora superior principal.

Vogais efectivos:

— Margarida Carocha Rodrigues Oliveira Tomé, inspectora superior, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

— Maria Luísa dos Reis Ferreira, inspectora superior.

Vogais suplentes:

— Maria do Carmo Pereira Caeiro, inspectora superior principal.

— Eduardo Jorge Farinha Bação, inspector superior principal.

31 de Janeiro de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Azevedo*.

Direcção de Serviços Jurídicos

Despacho (extracto) n.º 3347/2008

Por despacho de 26 de Outubro de 2007, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, no uso da competência que lhe é atribuída pela